



PIBIC IC Voluntária – As propostas dos Grupos de Trabalho da ANPEd na elaboração da Constituinte e da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais.

1. Identificação.

Aluno/RA: Bruna Calzavara de Oliveira - RA 167729

Orientador: Prof.^a Dr.^a Fabiana de Cássia Rodrigues.

Local de Execução: Campinas/SP.

Vigência: 01/08/2019 à 31/08/2020.

2. Resumo.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPEd), como seu próprio nome já diz, abrange dois sistemas distintos do campo educacional, a pós-graduação e a pesquisa, responsável pela dispersão do conhecimento da área. Foi um diferencial da associação na época da sua criação, pois, enquanto as associações criadas anteriormente, como a ANPEC e a ANPAD, não congregavam pesquisadores, a ANPEd disponibiliza um espaço onde os pesquisadores do campo educacional pudessem discutir e apresentar suas pesquisas. A organização e divulgação das principais notícias do campo educacional e a pesquisa dos participantes foram realizadas por meio de boletins bimestrais, desde janeiro de 1979 até 1989, quando a Associação começa a se organizar com cadernos e alguns boletins.

A ANPEd possui papel fundamental no que diz respeito a propiciar um espaço para o debate da redemocratização da educação brasileira, após o enfraquecimento e fim da ditadura de 1964. Embora seja uma associação elitizada, principalmente naquele momento, visto que seus associados deveriam pagar uma anuidade para poder participar das reuniões, receber boletins e fazer publicações, a associação esteve presente na luta por uma educação pública de qualidade e para todos. É necessário esclarecer essa peculiaridade, visto que muitos pontos discutidos por vezes são utópicos e não de fato por pessoas que vivenciaram as maiores necessidades da educação pública brasileira.

As Reuniões Anuais que ocorreram no período de 1986 a 1996, foram de extrema importância para as discussões sobre a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases educacionais de 1996. Foram os principais espaços disponíveis para que os participantes dos Grupos de Trabalho pudessem se organizar e discutir sobre esses temas. As principais reuniões para esses dois temas específicos foram as que ocorreram de 1986 a 1989.

É perceptível a importância dos GTs quando se percebe que foram necessárias três reuniões anuais direcionadas exclusivamente para o tema da LDB. Por mais que a CF tenha sido uma conquista da democratização brasileira, foi na elaboração da LDB que os educadores de fato puderam expressar suas opiniões, apresentar seus trabalhos e exigir seus direitos e dos estudantes. Os Grupos de Trabalho se posicionam especificamente em cada um dos seus temas gerais de forma sistematizada nas reuniões anuais e principalmente nos boletins, o que permite uma maior facilidade na leitura desses temas pela sociedade. Mais que isso, possibilita que os órgãos públicos, possam especificadamente consultar quais as principais preocupações de áreas específicas.

Como seria inviável pelo tempo da pesquisa aprofundar-se em cada um dos Grupos de Trabalho para entender sua participação no processo da elaboração da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, resolveu-se escolher apenas um Grupo de Trabalho para entender sua história, o motivo de sua criação, sua participação na CF e na LDB, os principais nomes que fizeram parte do GT e as principais pesquisas publicadas. O Grupo escolhido foi o GT 05 – Estado e Política Educacional, por se tratar de um Grupo criado com a finalidade de discutir sobre Política, Administração e Planejamento da Educação (ANPEd, Vol.8, Nº 1).

As discussões para criação do GT estavam em pauta desde a 7ª Reunião Anual da ANPEd, que ocorreu em Brasília em maio de 1984, porém sua criação só se concretizou na 9ª Reunião Anual da ANPEd, com o nome provisório de “Grupo de Trabalho sobre Política, Administração e Planejamento em Educação” e com uma coordenação provisória. Em 1988, passou a carregar o nome de “Estado e Política Educacional no Brasil” e finalmente em 1995, recebeu o nome que carrega até hoje “Estado e Política Educacional”. Como todos os GTs da ANPEd, a coordenação do GT-05 é discutida e redefinida em biênios. Abaixo seguem os coordenadores desde sua criação até o ano de 2019.

Coordenadores	Ano
Fátima Cunha (UFF)	1986
Maria das Graças Oliveira (UFPE) e Maria Lúcia Neves (UFPE)	1987 -1989
Janete Lins de Azevedo (UFPE) e Márcia Angela Aguiar	1990 -1991
Márcia Angela Aguiar (UFPE) e Janete Lins de Azevedo	1992 -1993
Romualdo Portela de Oliveira (USP) e Luiz Fernandes Dourado (UFG)	1994 - 1996
Afrânio Mendes Catani (USP) e Romualdo Portela de Oliveira (USP)	1997 - 1998
Luiz Fernandes Dourado (UFG) e José Marcelino Pinto (USP)	1999 - 2000
Márcia Angela Aguiar (UFPE) e Marcelo Soares Pereira da Silva (UFU)	2001 - 2002
Márcia Angela Aguiar (UFPE) e Marcelo Soares Pereira da Silva (UFU)	2003 - 2004
Regina Vinhaes Gracindo (UNB) e Antonio Lisboa (UFRN)	2005 - 2006
Antônio Lisboa Leitão de Souza (UFRN) e Cleiton Oliveira (UNIMEP)	2007 - 2008
José Marcelino Rezende Pinto (USP) e Andréa Barbosa Gouveia (UFPR)	2009 - 2010
Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) e Maria Dilnéia Espindola Fernandes (UFMS)	2011 - 2012
Maria Dilnéia Espindola Fernandes (UFMS) e Teise Garanha Garcia (USP-RP)	2013 - 2015
Theresa Adrião e Luciana Marques	2015 - 2017
Theresa Adrião e Luciana Marques	2017 - 2019

Durante a pesquisa, foi possível perceber por meio das publicações que o enfoque e sucesso do GT se deram especialmente no final da década de 90, quando apresentou o maior número de trabalhos e participações nas atividades da ANPEd. De acordo com um levantamento realizado por um artigo disponível na revista do HISTEDBR, com autoria de Antonia Almeida Silva, Elisângela Alves da Silva Scaff e

Márcia Aparecida Jacomini, as principais características dos temas de trabalhos do GT 05, são: 1) Planejamento, avaliação e qualidade da educação; 2) Gestão da educação e descentralização; 3) Estado e reformas educacionais; 4) Estado, direito à educação e terceiro setor; 5) Formação de professores, carreira e remuneração; 6) Financiamento e controle social; 7) Abordagens teórico-metodológicas em políticas públicas; 8) Educação permanente e educação superior; 9) Programas de assistência ao estudante; 10) Ensino médio e educação profissional; 11) Políticas afirmativas e cotas.

Quando se compara a participação do GT no período de elaboração da CF e da LDB, percebe-se que o posicionamento maior ocorreu no segundo momento, acredita-se que isso tenha ocorrido, pois nesse momento o grupo já estava consolidado e a ANPEd também dedicou mais anos das suas Reuniões Anuais para a LDB.

Na 10ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em 1987, os educadores presentes na reunião formulam um documento, onde exigiam que a LDB possuísse leis claras que garantissem o cumprimento do Estado com o dever a educação. O GT-05, no momento dessa reunião, primeiramente se organizou e em seguida apresentou e discutiu trabalhos que já haviam sido feitos com base no tema geral da Reunião. Os trabalhos discutidos foram: Supervisão Escolar e Política Educacional – Márcia Ângela da Silva Aguiar, A prática do planejamento ou o planejamento na prática: um estudo sobre educação e clientelismo político – Maria das Graças Corrêa de Oliveira, A questão aos objetivos da universidade e os compromissos da administração da educação enquanto área de conhecimento e de prática educacional – Maria Estela Del Pai Franco, Políticas públicas em orientação educacional, Miriam Grinspun e também comunicação sobre tema de Planejamento e Constituinte, por Lilian Arean Wechorenicy. Após a discussão desses trabalhos, os participantes do GT dedicaram-se ao tema Educação e Constituinte, tendo apresentado uma moção à Assembleia Geral sobre verbas públicas para o ensino público.

Como a 11ª Reunião Anual da ANPEd, manteve seu tema principal em volta a LDB, o GT-05, manteve suas discussões ao longo do ano também para esse tema. Foram apresentados os seguintes trabalhos: A política educacional no ano de 1986 – Janete Azevedo, Ensino à Distância: caminhos e descaminhos de uma escolha política – Fátima Cunha, Vestibular: a questão certa ou errada? Miriam Grinspun, Municipalização da educação básica: um tema ainda em questão – Maria das Graças C. de Oliveira, Estado e gestão democrática da política educacional - Marcia Angela Aguiar. As discussões foram feitas numa perspectiva de analisar as políticas expressas em projetos específicos, acentuando num geral o processo de gestão das políticas públicas educacionais (ANPEd, V.10, 1988).

Na 12ª Reunião da ANPEd, que aconteceu em 1989 e foi a última com o tema totalmente voltado para a LDB, é elaborado um documento e aprovado na Assembleia Geral, que conta com os princípios básicos que deveriam estar presentes na chamada Lei Complementar. São diversos pontos que vão desde o trabalho como princípio educativo, os subsídios escolares, a organização e a gestão democrática até a estruturação das redes de ensino. O texto elaborado pelos participantes é em partes parecido com a LDB que veio a ser promulgada em 1996.

Em relação à participação do GT-05, mais uma vez há a apresentação e discussão em cima de seis textos escolhidos anteriormente, são eles: Gestão e Organização do sistema educacional brasileiro – Luis Pires Freitas, O ensino básico do Brasil visto do ângulo das políticas públicas – Elba Sá Barreto, Limites e possibilidades de um novo sistema educacional de educação em favor da sociedade brasileira – Maria Arleth Pereira, A municipalização do ensino enquanto processo de gestão da educação – Elza Macedo, Rivo G. Araújo e Delba G. Lemos, Algumas reflexões sobre o financiamento da escola pública – João Antonio Monlevade e Impasses e perspectivas para a descentralização de políticas da educação – Janete Lins de Azevedo. Essas discussões foram sistematizadas e entregues a diretoria da ANPEd, que mais uma vez sistematizou e gerou o documento geral da Associação.

Conclui-se fortalecendo e reafirmando a importância o GT – 05 Estado e Política Educacional, no período que antecedeu especialmente a LDB e também atualmente, onde mantém suas pesquisas e pesquisadores ativos. Como já dito a cima, embora não tenha participado ativamente do momento em que o país e os educadores estavam trabalhando para garantir que a Constituição Federal garantisse o direito a todos, o GT mesmo após a promulgação da mesma continuou buscando, pesquisando, dialogando e questionando os pontos que abrangiam o seu tema, como por exemplo, as responsabilidades financeiras do Estado para com a educação. Ter a percepção do quanto é importante questionar as leis mesmo que elas já tenham sido promulgadas é uma conquista necessária. É só a partir do questionamento que será possível, melhorar a educação, cobrando os direitos que são garantidos a população. Depois de se organizar e estabilizar, o GT fez um trabalho completo ao mobilizar todos seus participantes para realizarem pesquisa especialmente voltada para o tema da LDB durante três anos. Foi partindo da atitude como essas, que a ANPEd se fortaleceu e teve forças para conquistar um espaço durante a elaboração da LDB. Se não fosse a participação de todos os GTs, em especial do GT-05, falando sobre os direitos e deveres das políticas públicas, não haveria a possibilidade de a Associação ter uma estrutura sólida para dialogar durante o processo de construção da LDB.